

# **SOBREVIVÊNCIA: A FACE SENSÍVEL DO TRÁFICO DE BENS ARQUEOLÓGICOS**

Tânia Andrade Lima<sup>1</sup>

## **RESUMO**

98

Neste artigo pretendemos estimular uma reflexão sobre uma das práticas mais danosas à preservação de patrimônios arqueológicos: a pilhagem de sítios para obtenção de peças destinadas à comercialização. Em muitos casos justificados pela máxima equivocada e amoral de que os fins justificam os meios, os saques vêm se multiplicando mundo afora, aí incluído-se o Brasil, com impressionante velocidade e absoluta falta de escrúpulos, em detrimento da integridade dos sítios, que ficam inviabilizados para a pesquisa. São apontadas algumas alternativas possíveis, em especial na delicada circunstância dos saques destinados à sobrevivência de comunidades locais, fundadas em bem-sucedidos exemplos de gestão de seus próprios patrimônios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tráfico de bens arqueológicos; Pilhagem de sítios; Escavações clandestinas.

## **ABSTRACT**

In this article we look to stimulate wider discussion on one of the practices most harmful to the preservation of archaeological heritage: the looting of sites for artefacts to be sold commercially. In many cases justified by the wrong-headed and amoral maxim that the ends justify the means, these thefts have been multiplying across the world, including in Brazil, with an astounding speed and complete lack of scruples, harming the integrity of the sites and making future research inviable. Some possible alternatives are indicated, especially in sensitive cases where artefacts are removed to assist the survival of local communities, founded on successful examples of managing their own heritage.

**KEY-WORDS:** Trafficking in archaeological artifacts; Loot archaeological excavations; Clandestine excavations.

---

<sup>1</sup> Departamento de Antropologia, Museu Nacional, UFRJ.

Uma reflexão sobre tráfico de bens arqueológicos tem que passar necessariamente por aquilo que o alimenta, no caso os saques a sítios arqueológicos<sup>2</sup>. Ocorrências relativamente recentes, no Brasil, como a acumulação ilegal da coleção amazônica do Banco Santos e a pilhagem acintosa e pública de materiais arqueológicos na região de Santarém, compondo prósperas coleções particulares, não deixam mais nenhuma dúvida. É preciso acender a luz vermelha e fazer soar os alarmes, porque nossas consciências parecem ter caído em um estranho torpor diante dessas pilhagens escancaradas, amortecidas pela máxima equivocada e amoral de que os fins justificam os meios.

Imbuído dessa lógica, um avião fretado descia à Amazônia e de dentro dele saíam duas pessoas a serviço do Banco Santos, na verdade grandes *connaisseurs*, para a compra de peças e coleções em mãos de particulares, acumuladas através de saques a sítios arqueológicos da região, segundo denúncia feita pela Folha de S.Paulo, em 17 de outubro de 2005<sup>3</sup>. De excepcional qualidade e jamais vistas nos meios acadêmicos, deixando na sombra as coleções das principais instituições brasileiras, essas peças saltaram rapidamente para as vitrines de alguns dos principais museus do Brasil e do mundo, exibidas em exposições temporárias, legalmente reconhecidas e internacionalmente legitimadas. Como explicar essa longa cadeia de comportamentos aberrantes? Não tivessem as tenebrosas e ilícitas transações do Banco Santos vindo à tona, envolvendo lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e gestão fraudulenta, com seu principal controlador, Edemar Cid Ferreira, preso e condenado a 21 anos de detenção, essa coleção ainda estaria despidamente desfilando por aí a sua ilegalidade legalizada, engordada periodicamente por novos abastecimentos no mercado clandestino.

Segundo matéria publicada pela Folha de S.Paulo em 10 de fevereiro de 2005<sup>4</sup>, a chamada *Cid Collection*, de propriedade do banqueiro, foi legalizada em 2002 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão encarregado de zelar pela integridade do patrimônio arqueológico brasileiro, ao apagar das luzes do governo Fernando Henrique Cardoso. Após acordo do Iphan com o banqueiro, foi concedida uma autorização sem precedentes ao Banco Santos para a guarda de bens arqueológicos, independentemente da origem obscura das peças. Salta aos olhos esse acordo, considerando que, à luz das disposições da Lei Federal nº 3.924/61, peças arqueológicas são patrimônio da União,

---

2 Reflexões originalmente apresentadas à sessão temática sobre tráfico de bens arqueológicos, no *Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Amazônico*, promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / 1ª Superintendência Regional, nas comemorações dos 70 anos do Iphan, 1937–2007, realizado entre os dias 05 e 09 de novembro de 2007, em Manaus.

3 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1710200503.htm>. “Pará vende relíquias a turistas e coleções”. Consulta feita em 11/10/2011.

4 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1002200507.htm>. “Beleza confiscada”. Consulta feita em 11/10/2011.

pertencendo portanto a todo o povo brasileiro e sendo vedada sua acumulação por particulares e, mais ainda, sua comercialização.

Essa autorização só foi cassada quando, estourado o escândalo e decretada a intervenção do Banco Central no Banco Santos, seguida da sua liquidação e falência em maio de 2005, entendeu o Iphan que não havia mais condições de a instituição financeira manter o que considerara exigência fundamental para a guarda da coleção, no caso a presença de um arqueólogo curador e um corpo de restauradores. Essa vergonhosa coleção pilhada de sítios da Amazônia, estimada por Fleming e Florenzano (2011) em mais de 3.500 peças, absolutamente notáveis, foi encaminhada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, instituição designada como sua fiel depositária.

Algumas vozes levantaram-se em defesa da *Cid Collection*, sob a alegação de que essas peças teriam sido perdidas não tivesse ele formado esse espetacular acervo de peças saqueadas. Mais ainda, ele as teria restaurado (embora com critérios considerados bastante discutíveis), em lugar de deixá-las se deteriorando em instituições brasileiras sem condições de conservá-las. Pois é justamente nesse tipo de argumento, em que os fins justificam os meios, que mora o perigo. Equivale a dizer que devemos enviar nossos acervos para os melhores museus da Europa ou dos Estados Unidos, porque eles dispõem de mais recursos do que nós para conservá-los. Ou que devemos enviar nossas crianças carentes para serem adotadas na Suíça ou na Alemanha, porque lá, tomando leite de vaca premiada, como diria Nelson Rodrigues, elas se desenvolverão melhor.

Como explicar, segundo reportagem publicada há 2 anos pela mesma *Folha de S. Paulo* em 17 de outubro de 2005, citada acima, e pelo *Jornal da Ciência da SBPC*, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em matéria intitulada *Pará vende relíquias a turistas e coleções*, que o bem-intencionado Sr. Marcio Amaral, jardineiro de profissão, autorreconhecidamente sem instrução, e vigia de um depósito mantido pela arqueóloga norte-americana Anna Roosevelt, por ela remunerado mensalmente em dólares à guisa de salário, por ela nomeado diretor-assistente de escavações e coautor de pelo menos uma de suas publicações, mantenha na garagem de sua casa uma invejável coleção particular, fruto das “coletas” periódicas que ele promove na cidade? Como explicar que não se consiga deter esse somatório de irregularidades? Denúncias publicadas em periódicos de reconhecida idoneidade e respeitabilidade, fartamente ilustradas, somadas a apelos e protestos encaminhados às autoridades competentes são inúteis, caem no vazio, e os responsáveis seguem impunes. Estes são casos de alta visibilidade, que receberam a atenção dos meios de comunicação. Mas os exemplos são muitos no Brasil, podem ser contados a mancheias, e os saques prosseguem, não apenas na Amazônia, alimentando fartas coleções particulares no Brasil e no exterior. Sítios líticos, cerâmicos, históricos,

subaquáticos são constantemente saqueados e para sempre inviabilizados para a pesquisa, diante de nossos olhos, e pouco ou nada fazemos para estancar essas perdas.

A resposta não é difícil nem complicada. Trata-se de um estado de conivência com a ilegalidade que tomou conta da sociedade brasileira, adentrou seus poros e mergulhou nas suas profundezas, onde se encontra entranhado e de onde aparentemente não sairá tão cedo. Parafraseamos aqui o ex-Prefeito do Rio de Janeiro César Maia em frase de triste memória que se tornou uma divisa do seu governo: “É ilegal, e daí?”, à luz de uma releitura particular da máxima franciscana de que é dando que se recebe. Com a luz vermelha de alerta piscando, é o momento de parar, refletir e decidir para que lado vamos. Resistimos a essa onda ou nos deixamos levar docemente por ela, impotentes e sem ânimo para arregimentar forças para a reação?

Medidas drásticas vêm sendo tomadas internacionalmente para coibir pilhagens. Alguns dos principais periódicos especializados da área de Arqueologia nos Estados Unidos e na Europa adotaram como política editorial recusar a publicação de artigos que não comprovem devidamente a proveniência dos materiais sobre os quais discorrem. Curadores de museus recusam-se a receber peças cuja origem não possa ser rigorosamente comprovada. Nem mesmo para exposições temporárias elas vêm sendo aceitas, na medida em que sua passagem por uma instituição passa a fazer parte da sua história, dando-lhes legitimidade e contribuindo para aumentar seu valor de mercado. As determinações são crescentes no sentido de que nem mesmo legendas para peças de origem duvidosa sejam feitas por especialistas. Pedidos de laudos para autenticação de peças devem ser recusados, bem como avaliações de qualquer tipo. Essas restrições vêm sendo incluídas em códigos de conduta profissional de entidades ligadas à Arqueologia mundo afora. Curiosamente, no entanto, enquanto no exterior se aperta o nó para estrangular esse mercado sinistro, no Brasil ele está sendo afrouxado, na contramão de um combate que se pretende sem tréguas.

Os números são impressionantes. Segundo Leaman (2006), o tráfico ilícito de bens culturais só perde para o tráfico de drogas e para o contrabando de armas. Mas, na verdade, pilhagens em sítios arqueológicos são praticadas por um amplo espectro de atores: há os descompromissados caçadores-coletores de curiosidades, há aqueles que se apossam desses bens por entender que eles lhes pertencem, os que se julgam no direito de comercializá-los, os que sentem absoluto fascínio por coisas do passado, os que têm compulsão pela acumulação colecionista, os pesquisadores de ética duvidosa, os contraventores, os que coletam por *hobby*, os que os vendem para sobreviver, entre muitos outros.

Trata-se, portanto, de um grupo muito diversificado em suas práticas, atitudes, motivações e visões de mundo. Todos são indistintamente saqueadores, quer pratiquem

coletas superficiais, quer escavações não autorizadas ou francamente clandestinas, já que todas são igualmente destrutivas do registro arqueológico. Em qualquer dessas circunstâncias os sítios são descaracterizados; referências espaciais e estratigráficas são perdidas; e contextos arqueológicos, destruídos para sempre. Por extensão, é abortado o manancial de informações que deles pode ser extraído e colocado a serviço da produção de conhecimento sobre o passado.

Contudo, desse amplo leque de atores, um segmento nos interessa em particular: o dos que vendem peças arqueológicas para sobreviver. Falamos especificamente de comunidades locais, quase sempre abaixo da linha de pobreza, a quem intermediários inescrupulosos em geral oferecem migalhas em troca de peças que são revendidas por quantias milionárias no mercado negro (para um exemplo, embora desatualizado, ver Kaiser, 1993). Esse segmento nos coloca diante de um sério dilema ético<sup>5</sup>. O que é mais importante: salvar da degradação (ou mesmo da morte) artefatos ou seres humanos? Indivíduos em situações limítrofes, causadas por miséria extrema (caso do Brasil), não têm evidentemente condições de zelar por nada senão por si mesmos. E aqui novamente os números são impressionantes. Estimativas já defasadas feitas por Matsuda em 1998 calcularam que no México mais de 250.000 pessoas procuram artefatos pré-colombianos no subsolo para complementar seus recursos para subsistência. Em El Salvador e na Guatemala, mais de 500.000; em Belize, com uma população de 210.000 pessoas, entre 30.000 e 50.000 pessoas conduzem escavações clandestinas para sobreviver. Nas palavras do autor, eles são caçadores-coletores de artefatos em tempo parcial, nos intervalos do ciclo anual de práticas agrícolas tradicionais, uma alternativa socioeconômica à fome.

Por um lado, como proceder para estancar essa escavação para a sobrevivência, que não pode ser condenada? E, por outro, como proceder diante de sítios arqueológicos sendo devastados por indivíduos que dependem deles para comer? É aqui que a Arqueologia entra em campo minado e precisa ser exercida de fato como a ciência social que é, ou se arrisca a dar um tiro no pé. Nesses casos ela precisa trabalhar para dar alternativas a esses indivíduos, alternativas que sejam culturalmente mais construtivas, socialmente mais proveitosas e sobretudo economicamente mais lucrativas que os saques. E é justo aí que ela vem conseguindo poucos avanços se comparada à pilhagem, que aumenta de forma exponencial a cada dia.

---

5 Esta questão e alguns dos exemplos que se seguem já foram previamente apontados pela autora em Um passado para o presente: a preservação arqueológica em questão. In Tania Andrade Lima (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 33, Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação, 2007, pp 5-21.

Trazendo para discussão, em vista do seu caráter pedagógico, alguns exemplos de situações tanto negativas quanto positivas em outros países, começamos pela China: segundo Qin (2004), o Departamento de Arqueologia da Universidade de Pequim escavou um sítio neolítico na província de Gansu, e a comunidade local foi chamada para o trabalho, tendo sido adestrada a reconhecer diferentes tipos de sedimentos e materiais arqueológicos. Quando o trabalho acabou e os pesquisadores deixaram a área, moradores da localidade começaram a escavar intensamente os sítios por iniciativa própria. Milhares de vasos policrômicos e outras peças foram saqueados e levados em caminhões para serem vendidos fora da China. E, quando as agências patrimoniais chinesas quiseram tomar medidas para deter essa pilhagem desenfreada, as autoridades locais se queixaram de que o Departamento de Arqueologia tinha ele mesmo treinado os saqueadores, configurando um exemplo claro de situação onde a Arqueologia não consegue se comunicar nem falar a mesma língua daqueles a quem ela pretende alcançar e recrutar para as suas hostes.

Na outra ponta, em um centro político e religioso pré-colombiano da cultura Manta em Agua Blanca, no Parque Nacional de Machalilla, costa do Equador, o arqueólogo escocês Colin McEwan e colaboradores (2011) foram muito bem-sucedidos ao conseguir atrair a comunidade local para a construção e administração de um museu de sítio comunitário, que funciona desde 1990, estimulando-os a gerir o patrimônio de seus antepassados.

103

Quando o Parque Nacional foi criado em 1979, os habitantes da região foram alijados da sua gestão e ameaçados de serem retirados da área. Afortunadamente, as pesquisas de McEwan, feitas entre 1977 e 1990 com o envolvimento da comunidade, encontraram as ruínas de um assentamento *manteño*, estendendo-se por cerca de 4 km<sup>2</sup>, além de uma copiosa cultura material atribuída a seis culturas distintas: Valdivia, Machalilla, Chorrera, Bahía, Guangala y Manteña.

Em diferentes partes do sítio, buracos escavados aleatoriamente em tempos recentes sinalizavam a intensidade dos saques para a retirada de peças, como delicadas estatuetas, vasilhas para oferendas, objetos de cobre e ouro, vendidas a comerciantes de passagem pela área. Isso sem mencionar seus famosos tronos de pedra talhada, em forma de U, apoiados em felídeos ou antropomorfos. Expressões de autoridade política e poder, eles foram saqueados e levados para museus e coleções particulares no próprio Equador, na Europa e nos Estados Unidos.

Devidamente estimulada, a população local criou um museu de sítio comunitário (também designado como casa cultural), onde os achados ficam expostos ao público. Trata-se de uma construção singela feita com técnicas tradicionais, em madeira, paredes de barro e palha, que oferece uma visita de 30 minutos, com uma trilha sonora que conta a história do conjunto urbano. O museu é administrado pelo grupo, que treinou seus

próprios guias. Um passeio turístico pelas ruínas e pelas belezas naturais do entorno é oferecido, configurando um turismo comunitário não invasivo, onde eles contam sua própria história. Agua Blanca se tornou um exemplo de comunidade gestora da investigação e proteção do seu patrimônio arqueológico, estancou os saques e recebe hoje em torno de 8.000 visitantes por ano. Da renda da comunidade, 75% provêm dessas visitas e da venda do seu artesanato.



104

Figuras 1 e 2. Museu Agua Blanca, Equador, construído pela comunidade local utilizando técnicas e materiais tradicionais. Este museu se tornou sua principal fonte de renda.

Fonte: <http://www.tripadvisor.com>.

Em Cartagena das Índias, na Colômbia, a pilhagem de bens arqueológicos submersos na ilha de Tierra Bomba vinha sendo estimulada por ofertas de 20 a 30 mil dólares para cada canhão saqueado por uma população extremamente pobre, com pouca instrução, sem água, sem luz, assolada por doenças epidêmicas e com uma renda mensal de menos de 30 dólares<sup>6</sup>.

Catalina Garcia e Carlos del Cairo, da Fundación Terra Firme, juntamente com o Instituto Colombiano de Antropologia e História, começaram um trabalho de sensibilização dessa comunidade junto a atores sociais-chave, como líderes comunitários, mães, professores, grupos de terceira idade e a cooperativa local de pescadores. Entrevistas com perguntas simples e concretas sobre as formas como eles concebiam o patrimônio arqueológico eram feitas, como, por exemplo, “De quem são as coisas que estão no mar?” (e a resposta era invariavelmente: “Daquele que as

<sup>6</sup> GARCIA, Catalina e CAIRO, Carlos del, Fundación Terra Firme. *Culturas marítimas y apropiación local de los recursos arqueológicos subacuáticos: una propuesta de patrimonialización en Cartagena de Indias, Colombia*. Comunicação feita ao *Simpósio Internacional Arqueologia Marítima nas Américas*, organizado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia e Prefeitura Municipal de Itaparica e realizado em Itaparica, entre 24 e 26 de outubro de 2007.

encontra...”). Muros históricos não eram vistos como sítios, mas como referências geográficas, e assim por diante.

A partir dessas respostas foram gerados mapas conceituais que fundamentaram a elaboração de cartilhas educativas. Só que para as cartilhas, que em geral vão parar na lixeira, eles usaram uma estratégia excepcionalmente bem-sucedida: a utilização não só dos desenhos das crianças, mas sobretudo das suas fotos e de pessoas da comunidade (que ansiavam por serem fotografadas), com suas imagens associadas ao patrimônio arqueológico. Desta forma, foi criado rapidamente um elo identitário entre a comunidade e a cartilha e, por extensão, entre eles e o patrimônio com o qual eles aparecem associados. Essas fotos com certeza jamais irão para o lixo, e a cartilha se tornou um emblema que eles exibem com grande orgulho. O título da cartilha, *É teu, é da nossa ilha, é de todos*, foi dado por uma das crianças e contrasta fortemente com o antigo “é de quem encontrar”. Os tipos gráficos utilizados são as caligrafias das crianças, que neles se reconhecem, produzindo fortes vínculos entre o texto e a comunidade, vale dizer, entre o patrimônio e os moradores da ilha.



Figuras 3 e 4. Cartilha produzida para a proteção dos sítios históricos de Terra Bomba. Cortesia da Fundación Terra Firme.

Como resultado de uma metodologia de trabalho baseada em gestão participativa, desenvolvida pelo Ministério da Cultura, Museu Nacional, Fundación Terra Firme e Fundación Erigaie, com a inclusão de todos os atores sociais, a população de Terra Bomba assumiu fortemente a proteção e defesa de seu patrimônio arqueológico. Suas crianças e jovens foram designados pela Unesco como guardiões do patrimônio<sup>7</sup>. Quando chegam

7 In <http://www.unesco.org/new/fileadmin>.



agora pessoas de fora pedindo a eles que indiquem os locais dos naufrágios — e são dezenas —, eles os levam para outros lugares. A importância econômica da preservação desse patrimônio está muito clara agora para a comunidade, como mostra a frase de uma dessas crianças, impressa na cartilha, na figura abaixo:



106

Figura 5. “Tenemos que cuidar los sitios históricos porque si no los cuidamos, aquí a Bocachica no viene turista y sin turista no podemos vivir bien, por el hambre, porque nosotros vivimos del turismo y la pesca”.  
Cortesía da Fundación Terra Firme.

A questão se torna muito mais complexa quando a comunidade entende como legítimo vender o que ela considera que lhe pertence, sobretudo quando se trata da sua própria sobrevivência. Em 1993, Staley cunhou o termo *escavação para subsistência*, referindo-se a escavações feitas por pessoas que vendem artefatos para sustentar suas formas tradicionais de subsistência, no caso os nativos Yupik, grupo esquimó da ilha St. Lawrence, no mar de Bering. Todos, indistintamente — jovens e velhos, mulheres, homens e crianças, pessoas sozinhas ou famílias inteiras —, garimpam sítios no verão em busca de antigos artefatos, marfins, ossos e dentes de grandes mamíferos marinhos, com uma intensidade que varia de umas poucas horas em um dia por semana a até 10 horas diariamente.

Os sítios arqueológicos são considerados recursos naturais, e escavações feitas por arqueólogos não são vistas com bons olhos pelos nativos, já que representam perdas

culturais e financeiras. Alguns exigem os artefatos de volta, enquanto outros querem participação nas vendas. Há ainda os que propuseram a criação de um museu local para a exibição dos artefatos para fins educativos e para gerar dividendos turísticos. Hollowell (2006) frisa que lá, para esses caçadores-coletores, trata-se de uma atividade perfeitamente lícita, que estreita os vínculos com o passado. Os artefatos são considerados uma dádiva deixada pelos ancestrais e, quando estes permitem que eles sejam encontrados, é para que sejam utilizados no mundo atual. Há relatos de vozes que os orientam, dizendo onde devem escavar para achá-los; mas que também dizem onde não podem tocar, no caso de peças que não desejam ser encontradas.

Matsuda (1998) relata que, em Belize, os nativos designam os artefatos que encontram como *sementes*, tidas como puras, sagradas. São igualmente consideradas dádivas dos seus ancestrais, reais ou mitológicos, que são espalhadas entre seus descendentes e ajudam a melhorar sua renda. Ou seja, tanto entre os Iupik quanto entre os maias trata-se de um patrimônio da comunidade, que se arroga o direito de explorá-lo como bem entender.

É preciso ter bem claro que, nessas circunstâncias, saqueadores são os arqueólogos, que estariam levando dali o que pertence a eles — no caso, a herança de seus antepassados — e impedindo essas comunidades de sustentar suas famílias. Dessa forma, o que é eticamente correto em uma determinada situação pode ser moralmente problemático em outra, o que mostra quão complexa e multifacetada é essa questão.

Em muitos casos há retórica patrimonial demais e sensibilidade de menos, de tal forma que é preciso chamar a atenção para o fato de que a preservação não pode estar acima de qualquer coisa, nem ser feita a qualquer preço. Os saques para a sobrevivência, uma das principais fontes que abastecem o mercado clandestino, não podem ser tratados como casos de polícia, mas, sim, como uma questão social bastante delicada e extremamente sensível. Esta foi nossa posição defendida no *Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Amazônico*, promovido pelo Iphan, na sessão temática sobre tráfico de material arqueológico, em forte contraposição ao ponto de vista da instituição, expressado na ocasião por Til Costa Pestana, então sua subgerente de Bens Móveis, que defendeu a ação policial em qualquer circunstância.

Tal como em Cartagena das Índias, na Colômbia, e em Agua Blanca, no Equador, dois exemplos mostrados aqui, as soluções estão na própria comunidade, a partir do momento em que, devidamente estimulada e apoiada, ela consegue se identificar com seu patrimônio e escolher a melhor forma de interagir com ele. Cabe à Arqueologia, como um empreendimento sociopolítico e sem verticalizar, conseguir estimular esse movimento e fornecer o suporte necessário para que ele aflore, exercendo-se plenamente como ciência social.

Se as comunidades locais forem alijadas e impedidas de participar dos processos de recuperação, valorização e preservação de seus patrimônios, em virtude de suas condições econômicas, sociais e culturais quase sempre desfavoráveis; se elas não forem incluídas, chamadas a participar e a compartilhar as responsabilidades e sobretudo os benefícios desses processos, elas fatalmente se transformarão em agentes da sua destruição. O autoritarismo policialesco nesses casos pode ser absolutamente desastroso, sepultando de vez qualquer possibilidade de interlocução com aqueles que devem ser transformados em seus guardiões naturais.

A chave portanto para estancar a sangria feita por comunidades locais que saqueiam sítios arqueológicos para sobreviver — na verdade o trabalho de formiga que alimenta o tráfico internacional — reside sem dúvida em ferramentas de sustentabilidade econômica. A criação de lugares de memória administrados pelas próprias comunidades de modo cooperado permite que elas resgatem a autoestima e a dignidade perdidas, um passo importante no sentido da transformação do seu contexto social tão desfavorável. Onde isso ocorre, o tráfico de bens arqueológicos perde a força e encontra, em lugar dos antigos fornecedores sistemáticos, defensores incondicionais do passado local. Não há outra forma de desacelerar o tráfico senão cortando pela raiz o seu suprimento.

108

## BIBLIOGRAFIA

FLEMING, Maria Isabel D'Agostino e Maria Beatriz Borba Florenzano. Trajetória e perspectivas do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (1964–2011). *Estudos Avançados* [on line], 2011, vol. 25, n. 73, p. 217–228.

HOLLOWELL, Julie. Moral arguments on subsistence digging. In Chris Scarre & Geoffrey Scarre (eds.) *The Ethics of Archaeology*. Philosophical Perspectives in Archaeological Practice. Cambridge, Cambridge University Press, 2006, p. 88–89.

KAISER, Timothy. The Antiquities Market. Introduction. *Journal of Field Archaeology* 20:347, 1993.

LEAMAN, Oliver Who Guards the Guardians? In Chris Scarre & Geoffrey Scarre (eds.) *The Ethics of Archaeology*. Philosophical Perspectives in Archaeological Practice. Cambridge, Cambridge University Press, 2006, p. 32–45.

McEWAN, Colin, María Isabel Silva, Chris Hudson. Usando el pasado para forjar el futuro: genesis del museo y centro cultural de la comunidad de Agua Blanca. In Mercedes Prieto (org.) *Espacios en disputa: el turismo en Ecuador*. Flacso, Quito, 2011, p. 99–131.

MATSUDA, David J. The Ethics of Archaeology, Subsistence Digging, and Artifact “Looting” in Latin America: Point, Muted Counterpoint. *International Journal of Cultural Property* ,1998, 7(1): 87–97.

QIN, Dashu. The effects of the antiquities market on archaeological development in China. In Nick Merriman (ed.) *Public Archaeology*. London and New York, Routledge, 2004, p. 292–300.

STALEY, David P. St Lawrence Island’s Subsistence Diggers: a New Perspective on Human Effects on Archaeological Sites , *Journal of Field Archaeology* 20:347–355, 1993.